

# A Gênese da Idéia de História Cristã

Claudia Beltrão da Rosa\*

A história é o acontecer, um tipo particular de acontecer. Onde não há acontecer, não há história. A pura eternidade, o Paraíso, o absoluto Nirvana, não têm história. E o oposto, uma mistura completamente caótica, casual e caleidoscópica de acontecimentos, tampouco constitui a história. A continuidade, a coerência são os requisitos prévios elementares da história. Assim, para se constituir uma história, necessitam-se pelo menos de três fatores; uma conexão de acontecimentos, uma relação desta conexão com algo ou alguém e, finalmente, uma mente compreensiva que perceba tal coerência e crie o conceito, o significado. Não há história sem significado, que quer dizer coerência, ordem, unidade, de diversos acontecimentos e fenômenos, tal como os percebe a mente que os compreende. Quando dizemos que algo tem um significado, queremos indicar que é um eixo ou uma função dentro de um todo compreensivo, que aponta a algo que está mais além da própria coisa.

Semelhante totalidade coordenada, tal como a mente que compreende, eleva alguns fenômenos do nível da perceptibilidade puramente sensorial e fática, até o nível da compreensibilidade clara, com a qual fica estabelecida a existência da ordem no mundo. E assim, precisamente, nasceu a história. A história começa no homem, mas no nível do supraindividual: no nível dos grupos, das instituições, dos povos. E, quando tomamos o termo "história" em seu sentido integral, quando o usamos sem maiores especificações, o que temos em mente (lutemos ou não contra isto) é a história da

---

\* Professora do Departamento de História da UFPB/Mestre em História Antiga e Medieval (UFRJ).

humanidade. A história se desenvolve com o eclodir do significado dos acontecimentos, com a expansão da consciência, a faculdade de criar e perceber a identidade comum e coletiva, que nos funda numa mesma tradição.

Entre as grandes culturas de nosso planeta, nossa civilização ocidental foi a única que produziu uma história propriamente dita. E, dentro da civilização ocidental, o primeiro povo para o qual o fenômeno da mudança do tempo, foi uma experiência decisiva foi o dos gregos. Contra a duvidosa estabilidade da vida se levantou a filosofia grega, cujo tema dominante pode ser interpretado como um intento de reconciliar a realidade da mudança, do tempo, com a permanência, indispensável para uma substância e uma ordem cósmica. Mas os gregos, ainda que atingindo pela primeira vez a consciência da mudança, não podiam prescindir de um elemento de permanência. A mudança era concebida como alterações superficiais na estabilidade, conservando um caráter de regularidade e perpetuidade.

Heráclito foi aquele que, pela primeira vez, deu vida à experiência do tempo: *Para os que entram nos mesmos rios, correm outras e novas águas* (frag. 12). Heráclito proclamou a mudança, mas num ir e vir de uma mesma substância primeira. No outro extremo da filosofia grega encontramos Aristóteles, o autêntico iniciador da idéia de evolução que, na verdade, é a base de sua metafísica no tocante às entidades que possuem existência substancial separada e sujeitas à mudança, ao tempo, i.e., a realidade concreta. Para Aristóteles, a Idéia é a potência motriz do ser orgânico, que a consoma no desenrolar de sua vida. Assim, a Idéia está encarnada na mobilidade da vida, portanto, na própria vida. Porém, a Idéia de Aristóteles pertence à esfera da divindade e, desta forma, o conceito de mudança permanece suspenso no absoluto.

Na prática, o que os gregos experimentavam diretamente eram seus negócios domésticos, e só nas guerras e interferências persas e na conquista final romana foram

afetados por intrusões estrangeiras. O grego identificava o *homem*, em sua acepção mais alta, livre, culto, o homem que raciocina, com o homem helênico. Os encontros com os estrangeiros reforçavam o sentido da identidade pan-helênica e os faziam conscientes da realidade da mudança, inaugurando assim a historiografia política de fatos, em contraste com a mitografia e a cosmogonia. Os antigos viajantes jônicos - principalmente Hecateu e Heródoto - ainda combinavam geografia e etnografia com relatos de acontecimentos de terras estrangeiras. Este significado original de história aponta a um gênero de historiografia que os eruditos modernos se inclinam a chamar *científica*, especialmente em relação a Tucídides. O que a faz parecer científica é, apesar de sua intenção explícita (e discutível) de apegar-se aos fatos, é precisamente seu postulado subjacente de uma ordem de coisas estável, da qual se podia fazer derivar da história princípios gerais da compreensão. Do pensamento pré-socrático ao estóico, a busca da ordem cósmica foi o primeiro motivo de indagação histórica. Tal busca se afirma em Políbio, onde o domínio romano surge como fim supremo, interligador da história (Livro I,3). Políbio é o primeiro a captar o caráter orgânico, a totalidade dinâmica do processo histórico. Neste, aparece o limite mais elevado a que chegou a idéia de história no mundo clássico: *a noção do presente como fim de todo acontecer*. Os gregos introduziram-na a modo de um desenvolvimento coerente de uma comunidade étnica, concernente ao destino de um povo específico.

Esta primeira concepção de identidade comum, coerente, era também parte da história humana, era um progresso decisivo e singular. A experiência dos acontecimentos reais e a participação neles gerou conceitos cada vez mais articulados de uma identidade étnica e, por sua vez estes conceitos, ao desembocar na realidade, animaram e explicaram o curso dos acontecimentos. O Ocidente começou a atuar com uma nova consciência de identidade comum.

Com os *judeus* se deu a primeira experiência essencialmente histórica. E com eles que sobrevém a noção de homem como entidade histórica supraétnica e da história como um avanço coerente do desenvolvimento humano. Através do relato de seu caminhar histórico no Antigo Testamento, o povo judeu além de seu estabelecimento físico e político, converteu-se numa comunidade espiritual global, compartilhando sua história com os destinos dos povos do mundo, da antiguidade mais recuada até hoje. Suas vicissitudes os levaram a inserir-se nos acontecimentos de outros povos e a participar neles. Experenciando a imediatez da variedade de povos e tempos, surgiu a noção de homem e de seu destino como um acontecimento globalizante e único. Sua base histórica foi seu conceito de divindade: um Deus incriado, onipresente, sem forma nem nome, mas um Deus que é impulso e vontade puros; um Deus dinâmico, que guia o homem e assim o cria, e a todas as coisas.

Todo o universo é Criação compreendida em Deus e tudo tem seu ponto de partida, e a vida na Terra está centrada no homem, imagem de Deus que, pela Queda, que lhe trouxe a liberdade, se tornou ainda mais semelhante a Ele. A Queda liberou o autêntico destino histórico do homem, pois que estabeleceu a culpa existencial como exercício do livre-arbítrio humano, como um pecado que o homem pode expiar através da ação, por um esforço constante durante sua vida e durante a vida de todo o povo judeu. A culpa do homem está implícita em sua liberdade e, daqui, a relação dialética do homem com Deus, com o qual estabeleceu uma *Aliança*. O homem tem, assim, uma tarefa concreta de expiação nesta vida; como pecou voluntariamente, tem de retificar seu erro também voluntariamente, tem de esforçar-se para restaurar a ordem que era intenção de Deus, e que violou para garantir a sua liberdade. Tem de esforçar-se por fazer cumprir o Reino de Deus na Terra. Desta forma se estabelece uma meta para a humanidade, se cria o futuro como fator decisivo no destino do homem.

A consciência da identidade do homem judeu está estreitamente ligada à noção de *povo eleito*. No *Gênesis*, o relato da Torre de Babel (Gen. XI, 1-8) mostra-nos que Deus era originariamente Deus de todos os homens. O projeto ambicioso da Torre aparece como uma reafirmação arrogante da liberdade humana, logo, uma segunda queda e Deus, com a confusão de línguas, atuou como numa segunda expulsão. Assim, o relato que explica a diversidade do gênero humano confirma sua unidade primeira. E a Aliança divina com Abraão e Jacó Israel deu origem ao *povo eleito* - e ao posterior conceito cristão de predestinação. A preferência por Israel se vincula a um plano de salvação para todos os homens. Desta forma, a missão do *povo eleito* significa a inclusão de todos os povos em um único sistema de valores - em contraste fundamental com o sentimento grego de diferença em relação ao "bárbaro".

O *Cristianismo* evoluiu com o conceito judaico de identidade humana e dois desenvolvimentos tiveram capital importância na catolização da história: a transposição do messianismo à cristologia e o estabelecimento do caminho da salvação. De uma maneira interessante, a visão cíclica grega contribuiu para uma melhor elaboração da nova visão; no judaísmo helenístico, a teoria grega dos ciclos apareceu incorporada à mensagem de salvação através de uma periodização da sua progressão. É *Paulo*, judeu helenizado que, numa radicalidade nova, rompe com a antiga Aliança, estabelecendo a crença na Encarnação do filho de Deus, Jesus, e no Segundo Advento, já substanciado pela ressurreição efetuada (aparecendo aqui o passado como garantia do futuro), o que incrementa esta visão de futuro e torna mais concreto o processo histórico.

Enquanto que o messianismo e a escatologia judaicos criavam a história como processo único e humano, o estabelecimento cristão de Jesus, não só como o Cristo (o ungido), mas como o divino redentor de todo o gênero humano, o cristalizou num *acontecimento*, o acontecimento por excelência. Em Lucas 24,25-27, Jesus ressuscitado aparece:

*E disse-lhes: “Ó homens loucos, lentos em acreditar no que os profetas disseram ! Então não era necessário que o Cristo sofrêsse tudo isto antes de ser glorificado? E começando pelos livros de Moisés e por todos os profetas, interpretou-lhes tudo o que acerca dele se dizia nas Escrituras.*

Aqui, o povo eleito surge como o antecedente e a prefiguração do Salvador personificado que concentrava em seu sacrifício a prolongada qualidade de vítima de Israel. A Paixão dos Judeus era um processo, a Paixão de Jesus era um acontecimento, num belíssimo diálogo dos tempos.

Deixando de lado a questão do clímax de uma antiga espera judia e das múltiplas tendências convergentes da época, espirituais, escatológicas, místicas, e o momento histórico contemporâneo à fala de Paulo, o que nos importa aqui é ressaltar que através da convergência e da interação dessas tendências, Paulo converteu a ação e a Paixão de Jesus num acontecimento decisivo, um verdadeiro ponto de virada para história humana. Paulo forneceu uma chave para a compreensão do funcionamento e do sentido da história. Este acontecimento, que poderíamos chamar de *paulino*, fixa no tempo a criação judaica do conceito e da unicidade do acontecer humano, i.e., da história. A evolução da escatologia e do messianismo judaicos, dos cultos helenísticos e do Império Romano são processos históricos que convergiram no sucesso cristão. E tal sucesso foi, ao mesmo tempo, um resultado de aglutinação e um começo. Passado, presente e futuro se tornam claramente diferenciados e, apesar disto, vitalmente conectados. Emergiu aqui um novo mundo, uma nova consciência e visão de mundo e de homem, não uma renovação de mesmo mundo - como no helenismo - mas sim, proclamou-se o surgimento do *novo homem* (II Cor, V,17).

Os Padres da Igreja foram os primeiros a rechaçar violentamente a teoria cíclica do classicismo. O “novo

homem”, o homem da “conversão” aparece mudado e, portanto, mutável e, da mesma forma, sua história. O cristianismo primitivo concebia a vida na terra ainda de acordo com a tradição escatológica judia, i.e., o Reino de Deus iria consumir-se aqui, *na terra*, céu e terra se fariam um. Os primeiros autores cristãos acreditavam que Império seria a quarta monarquia anterior ao Juízo Final. Para estes fiéis, pois, o Reino de Deus ocorria *no tempo*, num tempo terrestre. A eternidade não era uma outra esfera superior, de existência intemporal, mas sim *tempo infinito*, não tendo consciência de certas nuances latentes nos escritos paulinos.

Se entre os judeus todo homem estava chamado a contribuir para a realização do mundo divinizado, a deificação de Jesus e a aceitação de sua Paixão, através da qual os verdadeiros crentes são absolvidos (conforme o pensamento paulino), gerou uma contradição, enfrentada por Tertuliano no *Apologeticum*: por um lado, o advento do Reino de Deus continuava por ocorrer num futuro próximo com a Parusia do Cristo, por outro, o batismo do crente e a conversão prefigurava e antecipava para o indivíduo o efeito do Segundo Advento, e esta antecipação acabava por implicar num descuido da vida terrena. Assim, uma vida neste mundo, uma vida no tempo, se separa de uma vida oculta, invisível, onde a salvação do converso já está consumada. A Encarnação garantiu a realização terrena da salvação e este acontecimento consolidou e deu independência à história na terra. É a tensão entre o que está *em cima* e o que está na terra (no tempo) que Paulo inaugurou, gerou um movimento que, com Santo Agostinho, entregou a história à completa secularidade.

Tal movimentação foi estimulada por duas idéias existentes na doutrina paulina: a nova relação do homem com os seus semelhantes na terra e uma transformação no significado de pecado. Para o judaísmo, em virtude da Queda, o homem é uma criatura passível de erro, mas não é necessariamente pecador pois possuía (por esta mesma Queda) a capacidade de distinguir e escolher entre o bem e o

mal. Daqui, a noção de livre-arbítrio e sua necessidade do engajamento coletivo para a realização do reino de Deus. Mas, nos primeiros autores cristãos, o sentimento de pecaminosidade foi exaltado e se transformou num lugar-comum perigoso, que influenciou enormemente o desenvolvimento do cristianismo. Nos escritos pós-paulinos vemos o homem ser purificado não por sua conduta, mas por receber, imerecidamente, a **graça** de Deus, e o que o eleva de seu estado pecaminoso é somente sua fé e o batismo, que confirma sua fé; assim, os homens, antes do batismo, são pecaminosos, pois de outro modo, o sacrifício do Cristo não teria sentido e o batismo de nada teria que absolvê-los (Tertuliano. *De Baptême*. Paris; Éd. du Cerf. 1978). Nasceu assim a doutrina do pecado original, a doutrina da predestinação e a justificação do homem pela graça de Deus.

A redenção garantida pela fé no Cristo significou que o homem poderia se dispensar do dever (judaico) de preparar o Reino de Deus na Terra. E isto, inevitavelmente, conduz a uma secularização da vida humana. Além disso, desde Paulo, a comunidade cristã foi uma comunidade universal, em que todos são **filhos de Deus** por sua fé. Já não há judeu nem romano, servo nem livre, pois todos são **descendentes de Abrão, herdeiros segundo a Promessa** (Ep. aos Filipenses, III, 20) . Se o Antigo Testamento dava mostra de uma pretensão de universalidade, pela obra de Paulo se cortavam todas as raízes terrestres. O homem permanece envolvido nas vicissitudes de sua circunstância terrena; judeu, romano, livre, escravo, bárbaro ou cidadão do Império. Mas esta circunstância terrestre é agora um *estado*, por isso mesmo transitório. O que acontece neste mundo tem, então, uma importância diminuta e a submissão à autoridade mundana - imperial - é um sinal de indiferença. Na *Carta a Diogneto*, do século II, vemos: ... **vivem em seus países natais como estrangeiros (...)** **toda terra estrangeira é sua pátria, e toda pátria é terra estranha(...)** **passam a vida na terra, mas são cidadãos do Céu** (A Diogneto. Petrópolis: Vozes, 1987, p.62).

Porém, abandonar o mundo de vez - que estaria mais de acordo com este pensamento - não correspondia à missão cristã que pedia a cristianização do Império. E quando esta se realizou, foi vista como uma confirmação da mensagem divina pela Providência. A crença romana na indestrutibilidade de seu Império passa, então, de forma modificada, aos escritores cristãos que, Santo Agostinho entre eles, rogavam pela preservação de Roma e do Império cristianizado (etapa de transição para o Reino) e o retardar do Juízo Final.

Porém, quando Alarico, em 410, conquistou Roma, provocou a perplexidade na comunidade cristã. O cristianismo naquele momento viu-se seriamente ameaçado. Mas, nossa situação privilegiada no tempo, que nos permite observar como se passaram as coisas, nos revela que o Império supra-étnico abalado deu origem à comunidade espiritual da Igreja Católica.

A *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, que forneceu os fundamentos para a estrutura do mundo medieval, resgatando a comunidade cristã do estado de torpor e angústia após a queda da Cidade Eterna, trouxe conclusões que implicavam numa transformação decisiva da doutrina cristã. Refutando a idéia de que a queda de Roma anunciava o Juízo, ao proibir as especulações sobre datas e circunstâncias do mesmo, aplacou aquilo que o Segundo Advento, o Reino de Deus na Terra, ainda conservava da espera judaica. Santo Agostinho trouxe a radical espiritualização, a destemporalização da vida no além cristão que, apesar de ser um legado neoplatônico, foi capaz de resgatar a fé cristã das incertezas de um milênio possível, o que liberou a história humana no tempo.

Para Agostinho, a história é um curso único do acontecer, que se inicia com o *Gênesis*, segue com a *Queda*, tem um ponto essencial de inflexão que é a *Encarnação* e conclui-se com a *Salvação*. Mas esta Salvação aparece agora plenamente transformada (o que já fora esboçado por

Tertuliano), a salvação geral torna-se individual. A redenção simultânea da humanidade se dissolve numa multidão de salvações individuais.

Santo Agostinho também agudizou os paradoxos da doutrina paulina, principalmente no que toca à questão do batismo e da graça. Em Paulo, como já colocamos, o batismo era o ato efetivo da salvação, o que para S. Agostinho acarreta num problema básico de doutrina: o batismo aparece como uma antecipação do Reino de Deus já *na terra*, diminuindo o significado do Juízo Final, já que o fiel pela graça era absolvido dos pecados. Usando Caim e Abel para reverter o problema da predestinação posto por Paulo, S. Agostinho opera uma virada decisiva na doutrina da predestinação original - incompatível com o pecado original - e reduz a comunidade cristã à Cidade de Deus, inteiramente espiritualizada, que separa da comunidade terrestre. A única comunicação possível entre as duas cidades, a fundada por Abel e aquela fundada por Caim, era a instituição da Igreja, instância mediadora espaço-temporalmente, realização e substituto provisório da Cidade de Deus. A interseção da Igreja, com seus sacramentos e o poder mágico da absolvição reintroduziu no pensamento agostiniano uma influência não desprezível do mérito pessoal sobre a salvação, já que ninguém sabia se estava ou não predestinado para tal. O homem, pecaminoso pela queda de Adão e dividido entre Abel e Caim pela predestinação original, caminha individualmente à bem-aventurança atemporal - se a isto está predestinado. Todo o empenho consciente para a perfeição mundana parece eliminado pela doutrina agostiniana; é uma desvalorização da história.

Esta desvalorização da história levou Agostinho a um conceito de tempo oposto ao do cristianismo original. Para os primeiros cristãos, a história - que era história da salvação - se movia *no tempo* até a eternidade divina, i.e., um tempo infinito, no qual estava inserido o tempo mensurável do homem. Com Agostinho, esta eternidade se deslocou radicalmente à esfera espiritual. Agora, o tempo era o oposto

da eternidade, da intemporalidade onde reside Deus. O tempo se tornou algo material, criado por Deus como todas as demais coisas. O tempo, o enquadramento da vida humana, é terreno, é essencialmente não-ser (aqui, encontramos ecos do helenismo de S. Agostinho). Ou seja, o que ocorre na terra é sem valor, não tem importância. O único que importa é a Cidade de Deus.

E nesta visão se insere sua divisão do tempo em sete períodos, que correspondem aos sete dias da Criação, abandonando a divisão em monarquias terrenas. O primeiro dia dura de Adão ao Dilúvio; o segundo do Dilúvio a Abrãao, correspondendo a dez gerações cada; o terceiro dia, de Abrãao a Davi; o quarto, de Davi o Cativo da Babilônia e o quinto da Babilônia ao Cristo (com quatorze gerações cada). O sexto dia foi inaugurado por Cristo e a ninguém cabe ver onde e quando terminará. No sétimo dia, Deus descansará, começará a bem-aventurança eterna, sem fim.

No Antigo Testamento, no conceito bíblico gerado pelas experiências de Israel, vemos que o homem está dotado, desde a Criação, da capacidade de desobedecer, de pecar, i.e., de escolher. A afirmação do livre-arbítrio pelo homem é o fundamento de sua humanidade. É consciência, mas também dores, vergonha, sofrimento; acima de tudo é semelhança com Deus e semelhança com a criatividade de Deus. A Queda, conseqüência da arrogância humana, é mitigada pela Aliança, levando ao desejo de perfeição mundana da humanidade, de santificação da vida e o preparo consciente do Reino de Deus. É o destino único da humanidade, i.e., a história.

Da história bíblica original até o helenizado Paulo, o brilhante Tertuliano, influenciado pelo estoicismo, e os argumentos rebuscados de S. Agostinho, plenos de platonismo, vemos a paralisação da vontade humana, a redução da consciência e a desvalorização da vida e dos acontecimentos terrenos, logo da história, e a separação quase completa do espírito e da carne. E, ao lado da influência agostiniana sobre o curso dos acontecimentos na Idade Média,

v.g., a entronização da potência teocrática da Igreja, com base em Lucas XIV,23, entre outros, para além da Idade Média, S. Agostinho ocupa um lugar especial na formação do pensamento histórico ocidental. Mesmo que não lhe importasse especificamente a história, mas a *operação de Deus na história*, e desvalorizando o próprio *medium* da história, i.e., o tempo, não obstante estabeleceu uma base intelectual fortíssima para a contemplação do destino do homem. Dividindo eternidade e tempo, com suas polêmicas sobre o conceito de tempo e suas controvérsias, deu o impulso decisivo à emancipação da história, secularizando a vida do homem na terra.

Desta forma, a nova visão de tempo, que tomou corpo no *Apologeticum* de Tertuliano, que sugere também um novo sistema de cronologia presentificado 328 anos depois pelo abade romano. Dionísio o Pequeno, em 525, inaugura um processo de secularização da história terrena do homem e sua conseqüente dinamização da existência do homem e do mundo, processo iniciado por Paulo (*Rom, VI,3-8 e Col, III, 1-3,5*) e que teve sua expressão máxima em Santo Agostinho, passa à tradição cristã ocidental e, por conseguinte, à nossa própria visão de história. Com Paulo, Tertuliano e S. Agostinho vemos a divisão entre as esferas físicas e espiritual e dá-se um processo que abriu caminho para a completa secularização da vida humana na terra e, assim, da história, através do estabelecimento de uma distinção radical entre corpo e espírito e entre um curso divino dos acontecimentos e um curso secular dos mesmos.

Nasce, desta forma, uma história especificamente humana, uma experiência vital, perturbadora e tremenda, que formou os fundamentos para a estrutura do mundo medieval, entrando na tradição através dos conceitos que se incorporaram á nossa atualidade.

## **Bibliografia**

- AGOSTINHO. **Cidade de Deus**. Tomos I e II. Petrópolis: Vozes, 1990-1
- BARR, J. **The Semantics of Biblical Language**. Cambridge: Oxford University Press, 1975
- BERGSON, H. **Essai sur les donnés immédiates de la conscience**. Paris: PUF, 1988
- BETTI, E. **Teoria Generale della Interpretazione**. Milano: Rizzoli, 1955
- GADAMER, H.G. **A Razão na Época da Ciência**. RJ: Tempo Universitário: 1989
- , **Verdade y Metodo**. Salamanca: Siguema, 1991.
- LACY, M. H. **Espaço e Tempo**. SP: Perspectiva, 1972.
- LEFEBVRE, G. **Le Naissance de l'Historiographie Moderne**. Paris: Flammarion, 1971.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994
- ORTEGA y GASSET, J. **Uma Interpretación de la Historia Universal**. Madrid: Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1979.
- RICOEUR, P. **Le conflit des interprétations**. Paris: Éd. du Seuil, 1969
- TERTULLIEN. **Le Baptême**. Paris: Éd. du Cerf. 1978
- WALTZING, J. P. **Tertullien - Apologétique**. Texte établi d'après le Codex Fuldensis. Liège- Paris: Univer. de Liège, 1942.